



CRESS

CONSELHOS REGIONAIS
DE SERVIÇO SOCIAL

MOÇÃO DE REPÚDIO



Educação não é mercadoria: em defesa da qualidade do ensino

Destinatários da moção: Ministério da Educação (MEC); Associação Brasileira de Educação à Distância (ABED)

Nós, estudantes de Serviço Social e assistentes sociais que se reuniram no 51º Encontro Nacional do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS e CRESS), realizado em Belo Horizonte (MG) entre os dias 5 e 8 de setembro de 2024, manifestamos profunda preocupação e repúdio ao avanço da formação em Serviço Social à distância, que vem se expandindo de maneira acelerada e alarmante.

De acordo com dados do governo federal, o ensino à distância (EaD) registrou um crescimento de 474% em uma década, enquanto o número de ingressantes em cursos presenciais diminuiu 23,4% no mesmo período. Esse crescimento é um reflexo direto da mercantilização da educação, impulsionado pelo projeto neoliberal, que precariza a formação acadêmica e desmobiliza tanto estudantes, quanto profissionais, enfraquecendo as bases da nossa categoria e, em última instância, promovendo o desmonte das políticas públicas.

O MEC pretende concluir, até 31 de dezembro de 2024, a revisão do marco regulatório da educação à distância. Até lá, novos cursos, aumentos de vagas e novos credenciamentos só serão liberados após a conclusão deste processo. Para isso, foi restabelecido, a partir de junho de 2024, o processo de reuniões com gestores(as), especialistas, conselhos federais e representantes das instituições de educação superior sobre a oferta de cursos à distância.

Não podemos, enquanto entidades representativas da categoria, nos abster do debate sobre a privatização e fechamento de cursos, bem como do avanço do EaD. As diretrizes curriculares do MEC, referentes à formação em Serviço Social, não contemplam a totalidade do conteúdo elaborado pela Abepss para as diretrizes curriculares, construídas histórica e coletivamente pela profissão, além de falharem em garantir uma formação crítica e comprometida com as necessidades reais da população atendida pelo Serviço Social.

É essencial questionarmos as contradições postas pela formação mercadológica atribuída aos(as) profissionais formados(as) em ensino à distância. A estrutura curricular e as diretrizes desses cursos, muitas vezes, não estão em sintonia com as exigências da profissão e com a realidade social que o Serviço Social enfrenta diariamente. Contudo, reconhecemos que os(as) alunos(as) da EaD fazem parte da classe trabalhadora e buscam a universidade e a formação em Serviço Social por uma motivação: a transformação da realidade. Enquanto entidades da categoria profissional, devemos garantir que todos(as) os estudantes de Serviço Social recebam uma formação que esteja à altura das demandas sociais e da ética profissional.

Reafirmamos a defesa intransigente da educação pública, gratuita, laica e de qualidade. A elitização do ingresso nas universidades públicas, perpetuada por vestibulares excludentes, contribui para a reprodução das desigualdades sociais e educacionais. Para garantir que a classe trabalhadora tenha acesso à educação superior, é imprescindível a erradicação dos vestibulares e a ampliação de políticas de permanência estudantil, levando em consideração as especificidades de raça, gênero, classe social,



CRESS

CONSELHOS REGIONAIS
DE SERVIÇO SOCIAL



deficiência e identidade de gênero, combatendo assim o racismo, a transfobia e o capacitismo, presentes nos espaços acadêmicos.

Defendemos também a atualização dos currículos acadêmicos, alinhando-os a uma formação profissional crítica de tradição marxista, antirracista, anticapacitista, antitransfóbica e contra a violência de gênero, LGBTfobia e demais opressões. A formação de assistentes sociais deve ser comprometida com a transformação social, de modo a fortalecer a luta por justiça social, direitos humanos e políticas públicas.

Estamos sendo atacados(as) pelo projeto neoliberal a longo prazo. O futuro da profissão deve estar pautado na formação de profissionais combativos(as) e organizados(as) coletivamente, para enfrentar os desafios impostos pela expansão do EaD e pela precarização e privatização das políticas públicas. A valorização da nossa profissão, com a garantia de piso salarial, jornada de trabalho adequada e ocupação de cargos representativos, é parte fundamental dessa luta e o horizonte se dá pela unidade da categoria profissional.

É necessário criar estratégias de expansão das formações gratuitas e de qualidade, com foco na federalização das universidades. Por isso, reiteramos nosso compromisso com a defesa da educação pública e de qualidade, e reafirmamos a necessidade de articulação da categoria para enfrentar os retrocessos impostos pelo avanço do ensino a distância.

Belo Horizonte, 8 de setembro de 2024.

Aprovada na Plenária Final do 51º Encontro Nacional CFESS-CRESS.